

NOVEMBRO

BOCA SANTA

10/11/2010 - Câmeras nos bancos

Os bancos de Campo Mourão terão que instalar câmeras de vigilâncias em suas fachadas. A lei de autoria do vereador Sidnei Jardim foi promulgada pelo presidente da Câmara, Eraldo Teodoro. O prefeito Nelson Tureck tinha vetado o projeto e não quis sancioná-lo. Pela lei, as agências têm 120 dias para a instalação das câmeras, sob risco de levarem multa de até R\$ 3 mil ou mesmo perder o alvará de licença. Ih, a gente só acredita v-e-n-d-o-...

10/11/2010 - Vetos derrubados

Na Câmara de Campo Mourão, os vereadores votaram mais três vetos do prefeito Nelson Tureck. Nem precisa ser polvo alemão para adivinhar o resultado: todos derrubados. Um dos projetos, do vereador Ademir Pezão, dispõe sobre a venda de artigos de conveniência em farmácias. Outro, de Sidnei Jardim, institui o banco de alimentos. O terceiro, da bancada do PPS, trata de anúncio de empregos. Se isso será cumprido, já são outros 500...

10/11/2010 - Bom cara de pau

Concordo com o vereador Sidnei Jardim, o Nelsão é o maior 'cara de pau' mesmo, mas também foi o melhor dos deputado para nossa região. Não escolhia prefeito para ajudar e também no meu ver, está sendo muito bom prefeito. Ele tem a 'cara de pau' de estar presente em todos eventos, mesmo que tenha vetado os repasse, mas e você vereador, que não é 'cara de pau', será que consegue algum dia ser um deputado, um prefeito e ser bem recebido em toda região, como esse 'cara de pau'? É isso mesmo Nelsão, seja esse 'cara de pau' que você sempre foi é isso que te faz ser quem você é, aparecendo nas festas, nos bares e nos encontros de amigos com suas cantorias. Tomara que apareça aqui com essa 'cara de pau' cantar e se divertir um pouco com a gente daqui de Peabiru, onde você sempre nos ajudou quando deputado e ainda ajuda como prefeito. Vai remando Sidnei, que um dia você chega lá.

16/11/2010 - Cadê a duplicação?

Em Campo Mourão, o vereador Sidnei Jardim quer saber por que ainda não foram iniciadas as obras da duplicação do trecho urbano da BR 158, na saída para Maringá. Requerimento nesse sentido já foi aprovado pela Câmara. A obra foi orçada em R\$ 68 milhões. A última notícia é que técnicos do Dnit estiveram na cidade pra analisar a viabilidade técnica da duplicação. Daí até a execução, se sair, vai muuuuito tempo ainda...

23/11/2010 - Papai Noel

Os vereadores também aprovaram ontem a ajuda da prefeitura na campanha "Campo Mourão Cidade Natal 2010". Sidnei Jardim pediu que as crianças não

ouvissem, mas falou nos gastos com a “contratação” do Papai Noel. O presidente Eraldo Teodoro tratou de “consertar”. Disse que não era “contratação” e sim despesas da viagem para o “bom velhinho” vir da terra dele até Campo Mourão. Ih, mas não tem diárias na Lapônia?...

CÂMARA

Câmeras nas fachadas dos bancos



Sex, 12 de Novembro de 2010 20:20

Em breve começa a vigorar a obrigatoriedade da instalação de câmeras de vigilância nas fachadas das instituições bancárias existentes em Campo Mourão. Trata-se de uma exigência estabelecida através de lei de autoria do vereador e advogado Sidnei Jardim (PPS) com o objetivo de oferecer mais segurança aos clientes dos estabelecimentos bancários.

A lei aprovada pelo Poder Legislativo e não sancionada pelo prefeito Nelson Tureck, foi promulgada pelo presidente da Câmara Municipal, Eraldo Teodoro de Oliveira. Um dos artigos da lei estabeleceu o prazo de 120 dias para que os bancos promovam a instalação dos equipamentos na parte externa das agências para fins de monitoramento e registro da movimentação de pessoas defronte desses estabelecimentos no decorrer de todo o período de funcionamento. Estabelece a lei que devem ser instaladas duas câmeras – no mínimo – em cada estabelecimento bancário. A lei também determina penalidades a serem aplicadas as instituições financeiras que não acatarem a determinação. Os infratores serão inicialmente advertidos, com prazo de 15 dias para a regularização da pendência. Não sendo adotadas as providências pedidas, a lei prevê a aplicação de multa (inicialmente de R\$ 1.500,00 e, permanecendo a irregularidade, de R\$ 3 mil após 30 dias). Também está prevista a cassação do alvará de licença. “Trata-se de uma medida para tentar diminuir roubos de malotes e demais crimes que vem aumentando significativamente não só em nosso Município, bem como na Nação. As câmeras deverão inibir a ação criminosa”, explica Sidnei Jardim. Na mensagem justificativa que acompanha o projeto, o vereador destaca: “Os clientes dos bancos vão se sentir mais seguros, pois atualmente os assaltantes abusam em sua ousadia assaltando praticamente às portas das agências bancárias, tendo como alvos principalmente as pessoas idosas que vão receber suas aposentadorias”. As câmeras vão gravar a movimentação, inibindo a presença de marginais e de “olheiros” de assaltantes que permanecem próximos a bancos. Isso ajudará a Polícia na identificação dos marginais quando do registro de ocorrências.

Terreno para presídio em Campo Mourão



Sex, 12 de Novembro de 2010 20:16

Diante da repercussão negativa junto à comunidade da proposta de se construir um Centro de Ressocialização (penitenciária) em área anexa ao Colégio Agrícola, o vereador e advogado Sidnei Jardim requereu a Prefeitura de Campo Mourão diversos esclarecimentos. A administração municipal terá ainda de esclarecer a quem pertence o terreno, além de prestar informações sobre questões relacionadas à ocupação da área.

O vereador quer saber a veracidade de denúncias de que a Prefeitura utiliza parte do terreno pertencente ao Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola de Campo Mourão – o Colégio Agrícola -, na estrada velha para Roncador. Uma parte da área estaria sendo usada pelo Horto Municipal e outra parte teria sido doada pela Prefeitura para a construção de uma pista de arrancadão.

A administração municipal terá de informar ao vereador Sidnei Jardim a quem pertence realmente o terreno que se quer destinar para a prometida construção da penitenciária. “O que impede a atual administração municipal de viabilizar outro terreno, em outra região, para a construção desse Centro de Ressocialização”, questiona ainda o vereador.

Órgãos de divulgação da cidade divulgaram denúncias de que a área agricultável do Colégio Agrícola é de apenas 20 mil metros quadrados e não de dois alqueires, como há muito é propalado. A área pertence a Fundepar. Outra área já teria sido cedida pelo estabelecimento de ensino a Prefeitura para o antigo “lixão”.

Circo

Por iniciativa de Sidnei Jardim, a Câmara Municipal de Campo Mourão enviou ofício a todos os deputados estaduais solicitando a derrubada do veto do governador Orlando Pessuti ao projeto que proíbe a utilização de animais em apresentações circenses no Paraná.

Outro requerimento do vereador foi formulando questionamento a Prefeitura sobre a manutenção do Parque do Lago. Entre eles, a retirada da estátua de São Francisco de Assis e a previsão para a recolocação. A realização de novo trabalho para eliminar o assoreamento do lago também foi questionada. A pedido de Sidnei Jardim, a administração municipal terá de fornecer um relatório dos serviços de manutenção executados no logradouro em 2007, 2008 e 2009, inclusive incluindo valores.

O vereador cobrou ainda uma explicação da Prefeitura para a não instalação da anunciada de uma mini-hidrelétrica no Parque do Lago. Até a placa anunciando o empreendimento foi retirada.

COLUNA DO ELY

CRN

04/11/2010 - Tureck é questionado por vereador

Requerimento para que o prefeito Nelson Tureck explique por que as obras de duplicação da BR 158 (na saída para Maringá) sequer começaram foi aprovado na última sessão da Câmara Municipal. O autor do pedido de informações foi o vereador Sidnei Jardim (PPS).

Na proposição apresentada na Câmara Municipal, o vereador relembra que nas vésperas das eleições municipais passada – há dois anos – a execução da obra era dada como definida, inclusive com autoridades locais e deputados pomposamente anunciando a existência de recursos do governo federal já alocados para o empreendimento. A obra estaria orçada em cerca de R\$ 68 milhões.

Passada a sucessão municipal não se falou mais sobre a alardeada obra. Não foi realizada licitação para a execução da duplicação da via e sequer convênio foi firmado para a captação dos recursos.

Mais questionamentos

Sidnei Jardim quer ainda que a administração municipal justifique à população o reduzido número de funcionários no Posto 24 Horas para atender à comunidade, que aguarda por longo tempo por assistência. Cobrou ainda a execução de melhorias urgentes no Parque das Torres, denunciando que o logradouro encontra-se em péssimo estado de conservação.

Outros requerimentos apresentados pelo vereador foram questionando sobre a previsão para a execução do prometido asfalto na rua Diógenes Alves Cabral (conjunto Capricórnio) e a realização de recape ou operação tapa buraco nas rua Roberto Brzezinski (entre a Perimetral Tancredo Neves e a avenida Jorge Walter). “Quais são as providências que o Município está tomando em relação aos terrenos baldios com acúmulo de entulhos, favorecendo a proliferação do mosquito transmissor da dengue?” foi outro questionamento formulado por Sidnei Jardim a Prefeitura.

10/11/2010 - Lei obriga instalação de câmeras de vigilância nas fachadas dos bancos em C. Mourão

Em breve começa a vigorar a obrigatoriedade da instalação de câmeras de vigilância nas fachadas das instituições bancárias existentes em Campo Mourão. Trata-se de uma exigência estabelecida através de lei de autoria do vereador e advogado Sidnei Jardim (PPS) com o objetivo de oferecer mais segurança aos clientes dos estabelecimentos bancários.

A lei aprovada pelo Poder Legislativo e não sancionada pelo prefeito Nelson Tureck, foi promulgada pelo presidente da Câmara Municipal, Eraldo Teodoro de Oliveira. Um dos artigos da lei estabeleceu o prazo de 120 dias para que os bancos promovam a instalação dos equipamentos na parte externa das agências para fins de monitoramento e registro da movimentação de pessoas defronte desses estabelecimentos no decorrer de todo o período de funcionamento.

Estabelece a lei que devem ser instaladas duas câmeras – no mínimo – em cada estabelecimento bancário. A lei também determina penalidades a serem aplicadas as instituições financeiras que não acatarem a determinação. Os infratores serão inicialmente advertidos, com prazo de 15 dias para a regularização da pendência. Não sendo adotadas as providências pedidas, a lei prevê a aplicação de multa (inicialmente de R\$ 1.500,00 e, permanecendo a irregularidade, de R\$ 3 mil após 30 dias). Também está prevista a cassação do alvará de licença.

“Trata-se de uma medida para tentar diminuir roubos de malotes e demais crimes que vem aumentando significativamente não só em nosso Município, bem como na Nação. As câmeras deverão inibir a ação criminosa”, explica Sidnei Jardim. Na mensagem justificativa que acompanha o projeto, o vereador destaca: “Os clientes dos bancos vão se sentir mais seguros, pois atualmente os assaltantes abusam em sua ousadia assaltando praticamente às portas das agências bancárias, tendo como alvos principalmente as pessoas idosas que vão receber suas aposentadorias”.

As câmeras vão gravar a movimentação, inibindo a presença de marginais e de “olheiros” de assaltantes que permanecem próximos a bancos. Isso ajudará a Polícia na identificação dos marginais quando do registro de ocorrências.

25/11/2010 - Vereador mobiliza comunidade para controles de estoque

O vereador e advogado Sidnei Jardim iniciou uma mobilização de entidades da comunidade e ainda órgãos de fiscalização para que cobrem da Prefeitura de Campo Mourão o cumprimento de lei que instituiu a obrigatoriedade da manutenção de controle de estoques. Ofícios solicitando que se manifestem sobre o cumprimento da lei foi encaminhado ao Tribunal de Contas, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao Observatório Social e a diversas entidades sociais. Aprovada por unanimidade pelo Poder Legislativo, a lei nº 2.527 (de 21 de dezembro de 2009) entrou em vigor com a publicação na edição nº 1.345 (de 8 de janeiro deste ano) no Órgão Oficial do Município. Como não foi sancionada pelo prefeito Nelson Tureck, a lei foi promulgada pelo presidente da Câmara Municipal, Eraldo Teodoro de Oliveira. Decorridos praticamente oito meses, a Prefeitura publicou decreto (nº 4.978) que dispõe sobre o não cumprimento da referida lei. A lei institui a obrigatoriedade da manutenção de controle de estoques na administração direta e indireta do Município. Sidnei Jardim ressalta que o controle de estoque tem “como objetivo permitir o conhecimento qualitativo e quantitativo do que está sendo armazenado e disponibilizado para uso ou consumo, determinando o valor existente do material estocado, bem como reduzindo as perdas e eventuais desvios de materiais de consumo, produtos ou mercadorias”. Na proposição apresentada na Câmara Municipal conclamando as entidades a cobrarem o cumprimento da lei, o vereador enfatiza: “A lei que o Poder Executivo nega-se a cumprir e implantar não tem a intenção de prejudicar as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Paraná na transmissão de dados on-line pelo SIM/AM, mas sim desenvolver uma atividade de simples conferência de entrada e saída dos materiais de consumo, conciliando o produto recebido com a documentação legal – empenho ou nota fiscal – garantido o êxito da compra, quanto a sua qualidade e quantidade”.

28/11/2010 - Câmara de Vereadores prestou homenagens

A sessão solene que a Câmara de Vereadores de Campo Mourão realizou na noite desta sexta-feira (26/11), para fazer a entrega de títulos de Cidadania Honorária e de Cidadania Benemérita, além da Comenda 10 de Outubro, lotou o auditório do Sebrae. Nove vereadores compareceram a cerimônia, que contou com a participação ainda de lideranças empresariais e comunitárias, autoridades, populares e familiares e amigos dos homenageados.

Após a composição da mesa principal, os homenageados adentraram ao recinto. Os vereadores José Pochapski e Beto Voidelo conduziram o presidente Ademir Volpe do Lions Clube de Campo Mourão, entidade homenageada com a Comenda 10 de Outubro. A advogada e professora Marta Paulina Kaiser Leitner (homenageada com o Título de Cidadania Benemérita pela criação da Casa das Fraldas, foi levada a mesa principal pelos vereadores Sidnei Jardim e José Pochapski. O padre Ademar de Oliveira, que recebeu o Título de Cidadania Honorária, foi levado pelos vereadores José Pochapski e Nelita Piacentini. Já o pastor Richard Dickerson (que recebeu o título de Cidadania Honorária outorgada a seu pai, Louyd Andrew Dickerson, que encontra-se nos Estados Unidos) foi acompanhado pelos vereadores Ademir Franco de Lima – “Pézão” e Helton Borges.

A solenidade prosseguiu com os discursos dos vereadores autores dos projetos que concederam as honrarias. Ademir Franco de Lima propôs a homenagem a Louyd Andrew Dickerson. José Pochapski foi o autor da proposta de homenagem ao padre Ademir Lins e a Marta Kaiser Leitner. A Comenda 10 de Outubro ao Lions Clube resultou de projeto do ex-vereador Edson Lima. Na sequência aconteceu a entrega dos títulos e da comenda e falaram os homenageados. Em nome do Lions Clube discursou o governador do Distrito LD – 6, Acir Luiz Siqueira. A sessão solene foi presidida por Eraldo Teodoro de Oliveira

PPS

Vereador de Campo Mourão pede esclarecimentos sobre presídio

Data: 8/11/2010 11:18

Diante da repercussão negativa junto à comunidade da proposta de se construir um Centro de Ressocialização (penitenciária) em área anexa ao Colégio Agrícola, o vereador e advogado Sidnei Jardim requereu a Prefeitura de Campo Mourão diversos esclarecimentos. A administração municipal terá ainda de esclarecer a quem pertence o terreno, além de prestar informações sobre questões relacionadas à ocupação da área.

O vereador quer saber a veracidade de denúncias de que a Prefeitura utiliza parte do terreno pertencente ao Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola de Campo Mourão – o Colégio Agrícola -, na estrada velha para Roncador. Uma parte da área estaria sendo usada pelo Horto Municipal e outra parte teria sido doada pela Prefeitura para a construção de uma pista de arrancadão.

A administração municipal terá de informar ao vereador Sidnei Jardim a quem pertence realmente o terreno que se quer destinar para a prometida construção da penitenciária. “O que impede a atual administração municipal de viabilizar outro

terreno, em outra região, parta a construção desse Centro de Ressocialização”, questiona ainda o vereador.

Órgãos de divulgação da cidade divulgaram denúncias de que a área agricultável do Colégio Agrícola é de apenas 20 mil metros quadrados e não de dois alqueires, como há muito é propalado. A área pertence a Fundepar. Outra área já teria sido cedida pelo estabelecimento de ensino a Prefeitura para o antigo “lixão”.

16/11/2010 - PPS de Campo Mourão reúne lideranças

A filiação de novas lideranças, estratégias do partido para as próximas eleições municipais, bem como data da confraternização de fim de ano foram discutidos pelo diretório municipal do PPS de Campo Mourão durante reunião na semana passada. O encontro contou com a presença da dobradinha vitoriosa na eleição deste ano, deputado Douglas Fabricio (estadual) e Rubens Bueno (federal). Também participaram como convidados Márcio Nunes (presidente do PSDB) e Cesar Bronzel (presidente do Democratas).

“O PPS mostrou sua força, com a reeleição do Douglas e a eleição do Rubens para a Câmara Federal. Isso é motivo de alegria e ao mesmo tempo a possibilidade de mostrarmos nosso potencial de trabalho em prol da nossa cidade e região”, destacou o presidente do diretório municipal, Edson Battilani. Os três vereadores do partido – Sidnei Jardim, Beto Voidelo e José Pochapski - também participaram, assim como o ex-prefeito Tauillo Tezelli.

Para o deputado Douglas, que coordena o partido na região, o PPS deverá passar por uma reestruturação a partir de uma avaliação mais criteriosa do resultado da eleição deste ano. Em Campo Mourão, ele destacou a unidade dos partidos que apoiaram o governador Beto Richa. “É muito importante a presença dos líderes do PSDB e do Democratas, partidos que nos apoiaram e que juntos ajudamos a eleger o novo governador. Vamos trabalhar para que esta união seja mantida e deste grupo saia o nosso candidato a prefeito em 2012”, enfatizou o parlamentar, que a partir de 2011 fará parte da base de apoio ao governo estadual.

O deputado federal Rubens Bueno, reforçou o compromisso de representar a região e defendeu um projeto de desenvolvimento regional. “Já mantivemos contatos com lideranças da região para nos ajudar a elaborar esse projeto que venha atender as necessidades da região. Precisamos discutir o desenvolvimento num plano macro e trabalhar para que tenhamos políticas públicas de qualidade”, argumentou. Douglas e Rubens também abonaram várias filiações, entre elas a do ex-vice-prefeito Getúlio Ferrari Junior, que retorna ao PPS depois de dois anos.

26/11/2010 - Vereador do PPS mobiliza comunidade para controle de estoque

O vereador e advogado Sidnei Jardim iniciou uma mobilização de entidades da comunidade e ainda órgãos de fiscalização para que cobrem da Prefeitura de Campo Mourão o cumprimento de lei que instituiu a obrigatoriedade da manutenção de controle de estoques. Ofícios solicitando que se manifestem sobre o cumprimento da lei foi encaminhado ao Tribunal de Contas, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao Observatório Social e a diversas entidades sociais.

Aprovada por unanimidade pelo Poder Legislativo, a lei nº 2.527 (de 21 de dezembro de 2009) entrou em vigor com a publicação na edição nº 1.345 (de 8 de

janeiro deste ano) no Órgão Oficial do Município. Como não foi sancionada pelo prefeito Nelson Tureck, a lei foi promulgada pelo presidente da Câmara Municipal, Eraldo Teodoro de Oliveira. Decorridos praticamente oito meses, a Prefeitura publicou decreto (nº 4.978) que dispõe sobre o não cumprimento da referida lei. A lei institui a obrigatoriedade da manutenção de controle de estoques na administração direta e indireta do Município. Sidnei Jardim ressalta que o controle de estoque tem “como objetivo permitir o conhecimento qualitativo e quantitativo do que está sendo armazenado e disponibilizado para uso ou consumo, determinando o valor existente do material estocado, bem como reduzindo as perdas e eventuais desvios de materiais de consumo, produtos ou mercadorias”. Na proposição apresentada na Câmara Municipal conclamando as entidades a cobrarem o cumprimento da lei, o vereador enfatiza: “A lei que o Poder Executivo nega-se a cumprir e implantar não tem a intenção de prejudicar as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Paraná na transmissão de dados on-line pelo SIM/AM, mas sim desenvolver uma atividade de simples conferência de entrada e saída dos materiais de consumo, conciliando o produto recebido com a documentação legal – empenho ou nota fiscal – garantido o êxito da compra, quanto a sua qualidade e quantidade”.

RICARDO BORGES

TA SABENDO

Prefeito é questionado sobre duplicação da BR 158

Requerimento para que o prefeito Nelson Tureck explique por que as obras de duplicação da BR 158 (na saída para Maringá) ainda não começaram foi aprovado na última sessão da Câmara Municipal. O autor do pedido de informações foi o vereador Sidnei Jardim (PPS).

Na proposição apresentada na Câmara Municipal, o vereador relembra que nas vésperas das eleições municipais passada – há dois anos – a execução da obra era dada como definida, inclusive com autoridades locais e deputados pomposamente anunciando a existência de recursos do governo federal já alocados para o empreendimento. A obra estaria orçada em cerca de R\$ 68 milhões.

Passada a sucessão municipal não se falou mais sobre a alardeada obra. Não foi realizada licitação para a execução da duplicação da via e sequer convênio foi firmado para a captação dos recursos.

Questionamentos

Sidnei Jardim quer ainda que a administração municipal justifique à população o reduzido número de funcionários no Posto 24 Horas para atender à comunidade, que aguarda por longo tempo por assistência. Cobrou ainda a execução de melhorias urgentes no Parque das Torres, denunciando que o logradouro encontra-se em péssimo estado de conservação.

Outros requerimentos apresentados pelo vereador foram questionando sobre a previsão para a execução do prometido asfalto na rua Diógenes Alves Cabral (conjunto Capricórnio) e a realização de recape ou operação tapa buraco nas rua

Roberto Brzezinski (entre a Perimetral Tancredo Neves e a avenida Jorge Walter). “Quais são as providências que o Município está tomando em relação aos terrenos baldios com acúmulo de entulhos, favorecendo a proliferação do mosquito transmissor da dengue?” foi outro questionamento formulado por Sidnei Jardim a Prefeitura.

Vereadores ficam irritados com posição da prefeitura de que a Câmara demora para aprovar projetos

Durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Campo Mourão, que aconteceu nesta segunda-feira (22), alguns vereadores se mostraram irritados com o o poder executivo. Segundo eles, a prefeitura tem colocado a culpa na Câmara para justificar a demora na aprovação de projetos. “Isso é calúnia e difamação. Nós sempre aprovamos com muita rapidez os projetos do município, se existe alguma demora, é porque a prefeitura é desorganizada. Não manda com todos os documentos necessários”, defendeu o vereador Sidnei Jardim (PPS). Um exemplo citado pelos vereadores durante a sessão foi o Projeto de Lei que autoriza o executivo municipal a efetuar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 121.500,00 no orçamento da Fundação Cultural, para custear despesas com a campanha “Cidade Natal 2010”. Sidnei Jardim afirmou que foi cobrado por um munícipe de que este projeto ainda não tinha sido aprovado porque alguém da prefeitura disse que estava travado na Câmara. “Uma mentira deslavada, porque o projeto chegou 27 de outubro e como sempre, faltava alguma coisa. Apenas pedimos o documento e já está aprovado. Isso mostra que a prefeitura tem usado a Câmara para acobertar sua desorganização e quem acaba pagando o pato perante a sociedade somos nós”, desabafa o vereador

Vereadores pedem mais Academias da Terceira Idade

A instalação de uma Academia da Terceira Idade (ATI) no espaço entre a Casa da Cultura “Thomaz Edson de Andrade Vieira” e o Senac foi sugerida nesta semana pelo vereador Edoel Rocha (PDT) a Prefeitura de Campo Mourão. De acordo com a proposição, o espaço ideal e a academia atenderá a região central e também o jardim Copacabana e a vila Rio Grande.

Por sua vez, o vereador Sidnei Jardim (PPS) propôs a instalação de uma Academia da Terceira Idade na rua Soja (nos fundos da Coamo). Na justificativa do pedido destaca que as academias têm trazido resultados significativos para os frequentadores: “Exercitar-se regularmente é um dos melhores meios de promoção de saúde, traz benefícios para o coração e para o funcionamento dos músculos, com reflexos positivos na qualidade de vida”, explica o vereador.

Vereador mobiliza comunidade para controles de estoque em Campo Mourão

O vereador e advogado Sidnei Jardim iniciou uma mobilização de entidades da comunidade e ainda órgãos de fiscalização para que cobrem da Prefeitura de Campo Mourão o cumprimento de lei que instituiu a obrigatoriedade da manutenção de controle de estoques. Ofícios solicitando que se manifestem sobre o cumprimento da lei foi encaminhado ao Tribunal de Contas, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao Observatório Social e a diversas entidades sociais.

Aprovada por unanimidade pelo Poder Legislativo, a lei nº 2.527 (de 21 de dezembro de 2009) entrou em vigor com a publicação na edição nº 1.345 (de 8 de janeiro deste ano) no Órgão Oficial do Município. Como não foi sancionada pelo prefeito Nelson Tureck, a lei foi promulgada pelo presidente da Câmara Municipal, Eraldo Teodoro de Oliveira. Decorridos praticamente oito meses, a Prefeitura publicou decreto (nº 4.978) que dispõe sobre o não cumprimento da referida lei. A lei institui a obrigatoriedade da manutenção de controle de estoques na administração direta e indireta do Município. Sidnei Jardim ressalta que o controle de estoque tem “como objetivo permitir o conhecimento qualitativo e quantitativo do que está sendo armazenado e disponibilizado para uso ou consumo, determinando o valor existente do material estocado, bem como reduzindo as perdas e eventuais desvios de materiais de consumo, produtos ou mercadorias”. Na proposição apresentada na Câmara Municipal conclamando as entidades a cobrarem o cumprimento da lei, o vereador enfatiza: “A lei que o Poder Executivo nega-se a cumprir e implantar não tem a intenção de prejudicar as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Paraná na transmissão de dados on-line pelo SIM/AM, mas sim desenvolver uma atividade de simples conferência de entrada e saída dos materiais de consumo, conciliando o produto recebido com a documentação legal – empenho ou nota fiscal – garantido o êxito da compra, quanto a sua qualidade e quantidade”.

Reivindicações

Através de outras proposições apresentadas na Câmara Municipal, Sidnei Jardim pediu a implantação de um curso de Marceneiro, a demarcação do estacionamento de veículos na avenida Ney Braga (em especial no entroncamento com a rua Airton Albuquerque – jardim Três Marias) e a realização de serviço de limpeza no Parque Municipal Governador Pedro Viriato Parigot de Souza (conjunto habitacional Parigot de Souza).

Câmara presta homenagem a cidadãos mourãoenses por trabalhos beneficentes

A sessão solene que a Câmara de Vereadores de Campo Mourão realizou na noite desta sexta-feira (26/11), para fazer a entrega de títulos de Cidadania Honorária e de Cidadania Benemérita, além da Comenda 10 de Outubro, lotou o auditório do Sebrae. Nove vereadores compareceram a cerimônia, que contou com a participação ainda de lideranças empresariais e comunitárias, autoridades, populares e familiares e amigos dos homenageados.

Após a composição da mesa principal, os homenageados adentraram ao recinto. Os vereadores José Pochapski e Beto Voidelo conduziram o presidente Ademir Volpe do Lions Clube de Campo Mourão, entidade homenageada com a Comenda 10 de Outubro. A advogada e professora Marta Paulina Kaiser Leitner (homenageada com o Título de Cidadania Benemérita pela criação da Casa das Fraldas, foi levada a mesa principal pelos vereadores Sidnei Jardim e José Pochapski. O padre Ademar de Oliveira, que recebeu o Título de Cidadania Honorária, foi levado pelos vereadores José Pochapski e Nelita Piacentini. Já o pastor Richard Dickerson (que recebeu o título de Cidadania Honorária outorgada a seu pai, Louyd Andrew Dickerson, que encontra-se nos Estados Unidos) foi

acompanhado pelos vereadores Ademir Franco de Lima – “Pézão” e Helton Borges.

A solenidade prosseguiu com os discursos dos vereadores autores dos projetos que concederam as honrarias. Ademir Franco de Lima propôs a homenagem a Louyd Andrew Dickerson. José Pochapski foi o autor da proposta de homenagem ao padre Ademir Lins e a Marta Kaiser Leitner. A Comenda 10 de Outubro ao Lions Clube resultou de projeto do ex-vereador Edson Lima. Na sequência aconteceu a entrega dos títulos e da comenda e falaram os homenageados. Em nome do Lions Clube discursou o governador do Distrito LD – 6, Acir Luiz Siqueira. A sessão solene foi presidida por Eraldo Teodoro de Oliveira

TRIBUNA

05/11/2010 - Sessões ordinárias na Câmara de CM

Na segunda e terça-feira (8 e 9/11), a partir das 19 horas, no auditório da Casa da Cultura, a Câmara de Vereadores de Campo Mourão realiza sessões de caráter ordinário. Para a noite de terça-feira, após a sessão, também está marcada a realização de audiência pública da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento para a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao terceiro trimestre deste ano.

O roteiro prévio para as sessões ordinárias está prevista a deliberação de 45 requerimentos e 28 indicações, além de uma indicação legislativa, de autoria dos vereadores. Dois projetos de lei serão apresentados na sessão de segunda-feira e encaminhados para parecer das comissões permanentes.

Os dois projetos de lei são de autoria do vereador Beto Voidelo (PPS). Um deles veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios de Campo Mourão. O outro institui o Estudante Voluntário no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Do roteiro prévio consta ainda a votação de três mensagens de veto total do prefeito Nelson Tureck a projetos aprovados pela Câmara Municipal. Um deles é de autoria do vereador Ademir Franco de Lima – “Pézão” (PSL) e dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e prestação de serviços de utilidade pública em farmácias e drogarias.

Outro projeto vetado é de autoria do vereador Sidnei Jardim (PPS) e institui o Banco de Alimentos em Campo Mourão. Já o terceiro veto é ao projeto que dispõe sobre anúncios de empregos (de autoria dos vereadores Sidnei Jardim, Beto Voidelo e José Pochapski).

Audiência

Como gestor local do Sistema Único de Saúde (SUS), o governo municipal é obrigado a prestar contas trimestralmente ao Poder Legislativo. A audiência pública – que é aberta a comunidade, inclusive para a formulação de perguntas - acontecerá na terça-feira, logo após a sessão ordinária. Três vereadores compõem a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento: Beto Voidelo (presidente) Helton Borges e Saul Antonio Sachetti.

09/11/2010 Mais 3 vetos do prefeito derrubados pela Câmara

Na sessão ordinária de segunda-feira (8/11), a Câmara Municipal de Campo Mourão derrubou mais três vetos totais do prefeito Nelson Tureck a projetos de lei de autoria de vereadores, aprovados recentemente pelo Poder Legislativo.

Um dos vetos derrubado foi ao projeto do vereador Ademir Franco de Lima – “Pézão” (PSL), que dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e prestação de serviços de utilidade pública em farmácias e drogarias. Também foi derrubado o veto do chefe do executivo ao projeto do vereador Sidnei Jardim (PPS) que institui o Banco de Alimentos em Campo Mourão.

O terceiro veto derrubado foi ao projeto que dispõe sobre anúncios de empregos (de autoria dos vereadores Sidnei Jardim, Beto Voidelo e José Pochapski).

Veto

Os projetos aprovados pela Câmara de Vereadores são transformados em lei quando sancionados pelo chefe do executivo municipal e publicados no órgão oficial. Quando o projeto aprovado pelo Poder Legislativo é vetado pelo Poder Executivo, a mensagem de veto é levada a votação secreta pela Câmara de Vereadores. Quando a derrubada do veto não é acatada pelo Executivo, o presidente da Câmara Municipal promulga a lei.